



# **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA (BA)**

**OBJETO:** O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES CONSTANTES DA TABELA CMED, MEDIANTE MAIOR DESCONTO LINEAR SOBRE O PREÇO FÁBRICA (PF) COM ALÍQUOTA DE ICMS DE 21,50% (VINTE UM VIRGULA CINQUENTA POR CENTO), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA.

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 22/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

**PRAZO:** 08 DIAS ÚTEIS (ART. 55, I, "A")

**AMPARO LEGAL:** LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DECRETO N.º 11.462/2023 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1618/2024.

**CLASSIFICAÇÃO:** BEM COMUM (ART. 6º, XIII)

**MODALIDADE:** PREGÃO (ART. 6º, XLI)

**Critério de Julgamento:** MAIOR DESCONTO (Art. 33, II)

**Modo de disputa:** ABERTO E FECHADO (ART. 56, I E II)

**FORMA:** ELETRÔNICA (ART. 17, § 2º)

**PLATAFORMA:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (SIM, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, SEM EXCLUSIVIDADE DE LOTE)**



## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	7
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	8
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	8
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	13
11. DOS RECURSOS .....	13
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	14
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	15
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....	15
ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO) .....	31
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO .....	32
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	33
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA .....	34
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE .....	25
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO .....	26
ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	27
ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO / INSTRUMENTO EQUIVALENTE. ....	35
ANEXO X - CADASTRO RESERVA.....	56



**PREFEITURA DE NOVA VIÇOSA (BA)**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026**

(Processo Administrativo nº 007/2026)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA (BA), por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Avenida Oceânica, nº 2994, Bairro Abrolhos I, Nova Viçosa/BA, realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 1618/2024 e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, éticos, genéricos e similares, constantes da tabela CMED, mediante maior desconto linear sobre o Preço Fábrica (PF) com alíquota de ICMS de 21,50% (vinte um virgula cinquenta por cento), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Viçosa/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lote único, composto por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para a totalidade do lote, sob pena de desclassificação, com adjudicação por lote e critério de julgamento de maior desconto por lote.

1.3. O objeto está fundamentado no Documento de Formalização da Demanda, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência constante dos autos da fase preparatória.

1.4. É vedada a subcontratação do objeto licitado.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, aos participantes e às eventuais adesões constam da minuta da Ata de Registro de Preços e observarão o Decreto Federal nº 11.462/2023 e a Lei nº 14.133/2021.

2.2. O critério de julgamento será **maior desconto** nos medicamentos, éticos, genéricos e similares, constantes da tabela CMED, conforme constante no Termo de Referência, devendo a proposta abranger a totalidade dos itens do lote disputado.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo as futuras aquisições realizadas conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e emissão de ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, contrato ou instrumento equivalente.

2.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da legislação aplicável.

2.5. Não será exigida garantia contratual neste certame, com fundamento no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões objetivas, que em conjunto afastam a necessidade de caução para adequada proteção do erário:

a) **natureza do objeto:** trata-se de aquisição de bens de pronta entrega (medicamentos de uso corrente com preços regulados pela CMED/ANVISA), sem execução de obras, instalações ou serviços complexos que impliquem risco de paralisação com prejuízo de difícil reversão;

b) **pagamento condicionado ao recebimento definitivo:** nenhum valor é liberado ao fornecedor sem prévia conferência técnica e atesto do Fiscal do Contrato, eliminando o risco de pagamento antecipado por produto não entregue ou não conforme;

c) **fornecimento parcelado por Ordens de Fornecimento individualizadas:** cada entrega corresponde a uma autorização específica de valor delimitado, de modo que eventual inadimplência em uma OF não compromete montante equivalente ao valor total estimado do contrato;





d) **existência de cadastro de reserva com acionamento ágil:** o processo prevê cadastro de reserva com protocolo de acionamento em até 4h para urgências clínicas e 24h para as demais situações, garantindo a continuidade do abastecimento mesmo em caso de inadimplência do fornecedor principal, com possibilidade de cobrança ao fornecedor inadimplente dos sobrecustos gerados pelo acionamento do reservista, nos termos do art. 137, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

e) **sanções administrativas proporcionais e previamente tipificadas:** a tabela de penalidades prevista neste Edital e no Termo de Referência cobre as principais hipóteses de inadimplência com multas de até 30% do valor global estimado do lote, além de impedimento de licitar e contratar (6 a 36 meses) e declaração de inidoneidade nas hipóteses mais graves, conferindo proteção suficiente ao erário e eficácia dissuasória adequada ao risco identificado.

A dispensa está, portanto, devidamente motivada nos termos do art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021, não representando omissão de cautela, mas avaliação técnica fundamentada de que os mecanismos alternativos de proteção são adequados e proporcionais à natureza do objeto..

2.6. Os preços registrados poderão ser objeto de revisão, negociação, atualização ou reajuste nas hipóteses legais e regulamentares, observadas as regras do Termo de Referência e da minuta da Ata de Registro de Preços. Na hipótese de prorrogação da Ata, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a atualização da base de preços observará a Tabela CMED/ANVISA vigente no mês da entrega, mantendo-se inalterado o percentual de desconto registrado, salvo negociação para obtenção de condição mais vantajosa à Administração.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema **[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com o maior desconto percentual pelo lote, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



4.3. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante provisoriamente vencedor de cada lote, nos termos do art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, ciência e concordância com as condições do Edital e seus anexos, cumprimento dos requisitos de habilitação, inexistência de fato impeditivo e cumprimento das declarações legais exigidas.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar essa condição, sob as penas da lei, para fins de usufruto dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.6. A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública, conforme funcionalidades disponíveis na plataforma eletrônica.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar valor final mínimo, que terá caráter sigiloso apenas durante a fase competitiva, nos termos da regulamentação aplicável e das funcionalidades efetivamente disponíveis na plataforma eletrônica.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global de cada lote em que participar.

5.2. A proposta deverá abranger a totalidade dos itens do lote disputado, sendo vedada proposta parcial dentro do lote.

5.3. Após a etapa de lances e negociação, o licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar proposta readequada, discriminando os valores unitários e totais de cada item do lote vencido, respeitado o valor global final ofertado.

5.4. Não serão admitidos valores unitários manifestamente desbalanceados, inexequíveis ou superiores aos valores unitários estimados pela Administração. Considera-se manifestamente inexequível o valor unitário superior a 50% do estimado para o mesmo item no mesmo lote; considera-se excessivo o valor unitário que supere em mais de 10% o estimado, salvo justificativa técnica. Não será aceita proposta que redistribua valores artificialmente entre itens para compensar preços excessivos com preços irrisórios.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, matérias-primas, embalagens, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento integral das condições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, o Edital e os demais anexos.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação ocorrerá em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.3. Os lances serão ofertados exclusivamente em percentual de desconto sobre a base CMED aplicável, conforme regras deste edital e do Termo de Referência.

6.4. O licitante somente poderá oferecer lance com percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado. **“Aberto e Fechado”**.





6.6. No presente processo será adotado o modo de disputa aberto e fechado.

6.7. Na etapa aberta, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos pelo prazo estabelecido na plataforma. Encerrada a fase aberta, o sistema abrirá oportunidade para apresentação de lance final e fechado, nos termos da regulamentação aplicável e das regras da plataforma.

6.8. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará as propostas em ordem decrescente de percentual de desconto, classificando-se em primeiro lugar o licitante que ofertar o maior desconto válido.

6.9. Em relação aos lotes não exclusivos, será observado o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.10. Encerrada a etapa de envio de lances, se a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para o lote, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, por meio do sistema.

6.11. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie proposta readequada ao último lance ou à negociação, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável mediante justificativa aceita.

Lote Único: **MAIOR DESCONTO LINEAR SOBRE A TABELA CMED – PF COM ALÍQUOTA DE ICMS DE 21,50%**

MAIOR DESCONTO % SOBRE O PF(PREÇO DE FABRICAÇÃO) DA TABELA DE PREÇOS CMED/ANVISA						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. ESTIMADO	DESCONTO(%)	V. TOTAL
1	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" a "Z"	UND	1	R\$ 200.000,00		
2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" a "Z"	UND	1	R\$ 600.000,00		
3	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" a "Z"	UND	1	R\$ 400.000,00		
Total do Lote:01				<b>R\$ 1.200.000,00</b>	(%)	R\$

LOTE	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES
01	O intervalo mínimo de diferença entre os lances deverá ser de 1% (um por cento).

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar em cada lote atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva de licitar ou contratar.

7.2. A verificação poderá abranger consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e a outros cadastros oficiais pertinentes.

7.3. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado por lote e ao atendimento das especificações constantes do Termo de Referência.

7.4. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, não obedecer às especificações técnicas, apresentar preço inexecutável ou permanecer acima do preço máximo do lote, não tiver exequibilidade demonstrada quando exigida ou apresentar desconformidade insanável com o Edital.

7.5. A inexecutabilidade será avaliada mediante diligência, especialmente quando houver indícios de que o custo do licitante é incompatível com o valor proposto.



7.6. Erros formais na proposta readequada poderão ser saneados, desde que não haja majoração do preço global final, alteração da substância da proposta ou prejuízo à isonomia.

7.7. Para análise da proposta, poderá ser colhida manifestação do setor requisitante ou da área técnica, para avaliar se a proposta comercial atende perfeitamente às exigências técnicas.

7.8. Não será exigida amostra na fase de julgamento, salvo se houver dúvida técnica motivada e desde que a exigência seja justificada, proporcional e compatível com o Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados preferencialmente em meio eletrônico, por meio da plataforma, podendo a Administração realizar diligência para confirmação de autenticidade em sítios oficiais ou solicitar complementação de informações, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.6.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.





8.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

8.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **8.13. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO**

8.13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro poderá, se conveniente e a seu critério, verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF – “Restrição Contratar Administração Pública”;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas - CEIS;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas- CNEP

8.13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei 8.429/1992.

8.13.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrência Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrência Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, caput)

8.13.1.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação

8.13.2. Nos termos do art. 63, II da Lei 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

8.13.2.1. A convocação para apresentação da documentação de habilitação será efetuada pelo(a) Pregoeiro(a) por meio do campo de mensagens da plataforma, sendo concedido prazo não inferior a 02 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação

8.13.2.2. Os documentos serão apresentados preferencialmente em meio eletrônico, por meio da plataforma, admitida a verificação de autenticidade em sítios oficiais e a realização de diligência para saneamento de falhas formais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **8.14. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

8.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.14.2. Prova de Regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social (INSS);



- 8.14.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual sede do licitante;
- 8.14.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante;
- 8.14.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- 8.14.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.15. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte participantes do certame deverão declarar sua condição conforme Anexo V deste edital, ou mediante documento equivalente que comprove o enquadramento legal.
- 8.15.1. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.
- 8.15.2. O prazo assegurado no subitem 8.15.1 terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.
- 8.15.2.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.15.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata ou revogar a licitação, conforme o caso.

## **8.16. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 8.16.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis.
- 8.16.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.16.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 8.16.4. No caso de sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.16.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.16.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.16.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



8.16.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.16.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.16.10. Documentos de identificação dos sócios ou da diretoria em exercício.

### **8.17. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

8.17.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que demonstre(m) o fornecimento de medicamentos, em características pertinentes ao objeto licitado.

8.17.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) contendo, preferencialmente, as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como descrição do objeto fornecido, características dos bens, quantidades aproximadas e período de fornecimento.

8.17.2. Caso o atestado apresentado não demonstre todos os elementos de identificação exigidos no item anterior, o licitante poderá complementar as informações por meio de declaração ou documentação idônea, para fins de diligência, caso necessário.

8.17.3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria licitante e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

8.17.4. Autorização de Funcionamento de Empresa — AFE/ANVISA compatível com a atividade.

8.17.5. Alvará Sanitário vigente, expedido pela vigilância sanitária competente.

8.17.6. Declaração de capacidade logística para atendimento em Nova Viçosa/BA nos prazos do edital

8.17.7. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

### **8.18. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.18.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede da pessoa jurídica licitante.

8.18.2. No caso de sociedade civil não registrada na Junta Comercial, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Execução Patrimonial da sede ou domicílio da Licitante.

8.18.3. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrados na Junta Comercial quando exigível, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.18.3.1. A comprovação de que trata o item acima poderá ser feita mediante cópias de referências do livro diário (número do livro, termo de abertura e encerramento), inclusive cópias das folhas em que





constem o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis correspondentes, na forma admitida em lei, devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contador, quando exigível.

8.18.3.2. Se necessária a atualização dos balanços e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

8.18.3.3. As empresas com menos de 2 (dois) exercícios sociais de existência deverão cumprir a exigência deste item mediante apresentação do balanço de abertura e/ou do balanço patrimonial já levantado e exigível, conforme o caso, devidamente formalizado na forma da lei.

8.18.3.4. A boa situação financeira de que trata o item acima, será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral – ILG e Índice de Liquidez Corrente – ILC, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$ILG = \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$

$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$

$ILC = \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$

$\text{Passivo Circulante}$

$IET = \text{ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{\text{Exigível total}}{\text{Ativo total}} \leq 0,8$

$\text{Ativo total}$

8.18.3.4.1. As fórmulas em apreço deverão ser apresentadas em memorial de cálculos, devidamente assinadas pelo representante da empresa e pelo contador.

8.18.4. Quando os índices contábeis exigidos não forem atendidos, a qualificação econômico-financeira poderá ser comprovada, alternativamente, por meio de patrimônio líquido ou capital social mínimo de até 10% (dez por cento) do valor da proposta, observada a justificativa constante dos autos.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor de cada lote será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação das sanções cabíveis.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. O preço registrado será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o lote com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação, e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. O cadastro de reserva será organizado por lote, respeitada a ordem de classificação.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos remanescentes, nas hipóteses previstas no Edital e no Decreto nº 11.462/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação, a Administração poderá convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, observada a ordem de classificação.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo indicado pelo sistema, sob pena de preclusão.

11.3. O prazo para apresentação das razões recursais será de 03 (três) dias úteis, contado da intimação ou da lavratura da ata.

11.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 03 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso.

11.5. Os recursos serão encaminhados por meio de campo próprio do sistema eletrônico, no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

11.6. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou decisão recorrida até decisão final da autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o licitante ou contratado que praticar qualquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como as condutas descritas neste Edital.

12.2. Constituem infrações, entre outras: deixar de entregar documentação exigida; não manter a proposta; recusar-se injustificadamente a assinar a Ata ou contrato; ensejar atraso injustificado; dar causa à inexecução parcial ou total; entregar produtos em desacordo com as especificações; apresentar declaração ou documentação falsa; fraudar a licitação ou a execução; comportar-se de modo inidôneo; ou praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

12.3. Poderão ser aplicadas as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observados a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos causados à Administração.

12.4. A tabela de penalidades aplicáveis, com as respectivas infrações, sanções, percentuais de multa e bases de cálculo, é a seguinte:

Infração	Sanção	% de Multa	Base de Cálculo
Descumprimento de formalidade não essencial, sem prejuízo ao fornecimento — 1ª ocorrência	Advertência	—	—



Atraso na entrega de até 4h (itens de consumo imediato) ou até 12h (demais itens) — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso injustificado superior a 4h (itens imediatos) ou 12h (demais itens)	Multa moratória	0,5% por dia ou fração, limitada a 10% do valor do pedido	Valor do item ou pedido inadimplido
Entrega de produto em desacordo com especificações, sem substituição no prazo previsto	Multa compensatória	5%	Valor do item recusado na OF
Recusa injustificada em substituir produto recusado dentro do prazo	Multa compensatória	10%	Valor do item não substituído
Inexecução parcial: não atendimento injustificado de Ordem de Fornecimento	Multa compensatória	10%	Valor da OF inadimplida
Recusa injustificada em assinar a ARP ou instrumento equivalente	Multa compensatória	15%	Valor global estimado do lote adjudicado
Inexecução total: descontinuação do fornecimento sem motivo justificado	Multa compensatória	20%	Valor global estimado do lote
Reincidência em infração que tenha gerado multa anterior, dentro de 6 meses	Multa compensatória + Impedimento de licitar 6 a 24 meses	20%	Valor global estimado do lote
Apresentação de declaração ou documentação falsa	Multa compensatória + Impedimento de licitar 12 a 36 meses	20%	Valor global estimado do lote
Fraude à licitação ou execução; comportamento inidôneo; ato lesivo (Lei nº 12.846/2013)	Declaração de inidoneidade + Multa	30%	Valor global estimado do lote

12.5. A aplicação das sanções dependerá de prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 157 a 163 da Lei nº 14.133/2021, não excluindo o dever de reparação integral dos prejuízos causados.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo legal, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados preferencialmente por meio eletrônico, no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).





13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando a alteração afetar a formulação das propostas.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. A homologação do resultado da licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Em caso de divergência entre o Edital e seus anexos, deverá ser promovida a harmonização das peças. Para questões técnicas do objeto, especificações, qualidade, higiene, acondicionamento, entrega, recebimento e fiscalização, prevalecerá o Termo de Referência. Para regras procedimentais da licitação, prevalecerá o Edital, sempre observada a legislação aplicável, a competitividade, a vantajosidade e a execução adequada do objeto.

14.7. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e no sítio eletrônico oficial do Município, conforme aviso de licitação.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO X - CADASTRO RESERVA.

Nova Viçosa (BA), 26 de maio de 2026.

---

Jhones Felix dos Santos  
Chefe do Departamento de Licitação  
Decreto nº 309/2026



## **ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS — TABELA CMED**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA — SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026**

### **1. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por finalidade definir o objeto, as especificações técnicas, as condições de execução, os critérios de habilitação, os mecanismos de fiscalização e as demais exigências aplicáveis ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos éticos, genéricos e similares constantes da Tabela de Preços de Medicamentos divulgada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/ANVISA), mediante aplicação de maior desconto linear sobre o Preço de Fábrica (PF) com alíquota de ICMS de 21,50% (vinte e um vírgula cinquenta por cento), visando ao abastecimento contínuo da rede pública de saúde do Município de Nova Viçosa/BA, conforme condições estabelecidas neste instrumento e nos demais documentos que integram o processo administrativo.

O objeto abrange o universo completo de medicamentos constantes da Tabela CMED/ANVISA, nas categorias éticas, genéricas e similares, podendo a Secretaria Municipal de Saúde solicitar qualquer item ali registrado ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, independentemente de listagem prévia. Incluem-se nesse universo medicamentos de uso hospitalar, medicamentos para atenção básica, medicamentos psicotrópicos e entorpecentes sujeitos a controle especial, desde que devidamente constantes da Tabela CMED e desde que o fornecedor detenha as autorizações regulatórias específicas exigidas pela ANVISA para sua comercialização.

A natureza do objeto é classificada como bem comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de produtos cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pela ANVISA, com preços regulados pela CMED, tornando o pregão eletrônico a modalidade obrigatória para sua aquisição.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO**

A contratação está fundamentada no art. 29, I, da Lei nº 14.133/2021, que determina o uso obrigatório do pregão para aquisição de bens e serviços comuns. O Sistema de Registro de Preços foi adotado com base no art. 82, III e IV, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto com demanda contínua ao longo do exercício cujas quantidades exatas não são determináveis com antecedência. O critério de julgamento pelo maior desconto está expressamente previsto no art. 33, II, da Lei nº 14.133/2021.

A modelagem de desconto linear sobre a Tabela CMED fundamenta-se no art. 4º da Lei nº 10.742/2003, que institui o regime de regulação econômica do setor farmacêutico, e no art. 3º do Decreto nº 4.766/2003, que regulamenta a atuação da CMED. A adoção do Preço de Fábrica (PF) com alíquota de ICMS de 21,50%, correspondente à alíquota vigente no Estado da Bahia, como base do desconto está amparada na legislação regulatória farmacêutica, que determina que o PF é o preço máximo permitido para venda às farmácias, drogarias e entes da Administração Pública.



A justificativa completa para a solução adotada, a análise comparativa das alternativas descartadas, o histórico de consumo, o levantamento de mercado e a análise de riscos constam do Estudo Técnico Preliminar (ETP) integrante do processo administrativo, que serve de fundamento inafastável para a interpretação das exigências deste Termo de Referência. Em caso de omissão deste instrumento, o ETP será utilizado como referência interpretativa subsidiária.

A exigência de registro ANVISA vigente para todos os medicamentos fornecidos é requisito de segurança sanitária inderrogável, fundamentado na Lei nº 6.360/1976, no Decreto nº 8.077/2013 e na RDC ANVISA nº 204/2017, cuja relativização representaria risco direto à saúde dos usuários do sistema público de saúde, com possível responsabilização civil e administrativa dos agentes públicos envolvidos.

### 3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A licitação será realizada em lote único, composto por 03 (três) itens definidos pela classificação regulatória ANVISA, conforme a seguir:

LOTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QTDE. ESTIMADA	VALOR ESTIMADO
01	01	Medicamentos Éticos de "A" a "Z"	Und	1	R\$ 200.000,00
01	02	Medicamentos Genéricos de "A" a "Z"	Und	1	R\$ 600.000,00
01	03	Medicamentos Similares de "A" a "Z"	Und	1	R\$ 400.000,00
		TOTAL DO LOTE 01			R\$ 1.200.000,00

O critério de julgamento é o maior desconto linear sobre o Preço de Fábrica (PF) com alíquota de ICMS de 21,50% da Tabela CMED/ANVISA, aplicado de forma uniforme sobre todos os itens do lote. O desconto percentual ofertado na licitação constituirá o desconto registrado em ata e será aplicado sobre o valor da Tabela CMED vigente no mês de cada entrega, independentemente de atualização ou repactuação contratual.

Para fins de compreensão do mecanismo de precificação: se o preço de determinado medicamento na Tabela CMED — PF com ICMS de 21,50% for R\$ 10,00 e o desconto registrado em ata for de 20%, o preço efetivo a ser pago pela Administração será R\$ 8,00 (R\$ 10,00 menos 20%). A atualização mensal da Tabela CMED será incorporada automaticamente, de modo que, se no mês seguinte o mesmo medicamento passar a custar R\$ 10,50 na Tabela CMED, o preço pago será R\$ 8,40 (R\$ 10,50 menos 20%), sem necessidade de aditamento.

Os valores estimados por item representam a projeção de despesa para 12 meses, baseada em metodologia descrita no ETP, e não constituem obrigação de compra. As aquisições efetivas serão realizadas exclusivamente com base nas necessidades reais da rede de saúde, mediante emissão de Ordens de Fornecimento.

### 4. DESCONTO MÍNIMO ACEITÁVEL

Com base no levantamento de mercado realizado no Estudo Técnico Preliminar, que identificou descontos médios de aproximadamente 19,4% em pregões com objeto idêntico realizados por municípios de porte equivalente na Região Nordeste, com variação entre 12% e 31%, fica estabelecido que o desconto mínimo





aceitável para fins de julgamento da proposta é de 10% (dez por cento) sobre o Preço de Fábrica (PF) com alíquota de ICMS de 21,50% da Tabela CMED/ANVISA.

Será desclassificada a proposta que ofereça **desconto inferior a 10%**, por não atender ao requisito de vantajosidade real para a Administração, nos termos dos princípios da eficiência e da economicidade previstos nos arts. 5º e 11, I, da Lei nº 14.133/2021. A desclassificação por proposta com desconto abaixo do mínimo aceitável não impede a negociação com o licitante mais bem classificado, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, antes da adoção dessa medida.

Será considerada inexecutável a proposta que ofereça **desconto superior a 50%** sobre o Preço de Fábrica com ICMS de 21,50% da Tabela CMED, salvo comprovação pelo licitante de que o fornecimento é economicamente viável nesse patamar, mediante apresentação de planilha de custos e documentação complementar.

Da mesma forma, o Pregoeiro deverá exercer o poder de negociação previsto no art. 61 da Lei nº 14.133/2021 sempre que o desconto final do licitante mais bem classificado, embora superior ao mínimo aceitável, ainda puder ser incrementado em favor da Administração, devendo a negociação ser registrada no sistema e na ata da sessão pública.

O intervalo mínimo entre lances sucessivos na fase competitiva será de 1% (um por cento), o que é distinto do desconto mínimo aceitável: aquele regula a diferença entre lances durante a disputa, este regula o patamar mínimo que a proposta deve atingir para ser aceita.

## 5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO PARCELADO

O fornecimento será realizado de forma parcelada ao longo dos 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordens de Fornecimento (OF) específicas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a demanda real das unidades de saúde. Não haverá entrega única e integral no início da vigência, tampouco haverá quantidade mínima obrigatória por Ordem de Fornecimento, podendo cada solicitação abranger desde um único item em pequena quantidade até múltiplos itens em volumes expressivos.

Cada Ordem de Fornecimento deverá identificar: o item solicitado com sua denominação comum brasileira (DCB), forma farmacêutica, concentração e via de administração; a quantidade solicitada; o local de entrega; o prazo aplicável conforme a categoria de urgência definida neste Termo de Referência; e o preço de referência CMED vigente no mês da emissão, para fins de controle prévio.

O fornecedor fica obrigado a atender todas as Ordens de Fornecimento regularmente emitidas durante a vigência da ata, independentemente do volume solicitado, do tipo de medicamento ou do preço do item na Tabela CMED, não sendo admissível recusa baseada em baixo valor unitário do medicamento, dificuldade logística superveniente ou alegação de indisponibilidade estacional de produto. A recusa injustificada ao atendimento de Ordem de Fornecimento regularmente emitida configura inexecução parcial do objeto, sujeitando o fornecedor às sanções previstas neste Termo e na legislação aplicável.

## 6. PRAZOS DE ENTREGA

Reconhecendo que a criticidade clínica dos medicamentos varia significativamente conforme o nível assistencial e a urgência da demanda, e considerando a localização geográfica do Município de Nova Viçosa no extremo sul do Estado da Bahia — a grande distância dos principais centros distribuidores do setor farmacêutico —, os prazos de entrega são definidos em três categorias, conforme a natureza e urgência do item solicitado:



**Categoria I — Urgência clínica imediata:** prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável a medicamentos solicitados com expressa declaração de urgência pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente medicamentos para uso no Hospital Municipal de Posto da Mata e na Clínica Médica Municipal em situações de atendimento a pacientes internados ou em observação, bem como medicamentos para cumprimento de determinações judiciais com prazo de cumprimento de até 48 horas. A Ordem de Fornecimento da Categoria I deverá ser identificada expressamente com a marcação "URGENTE — CATEGORIA I".

**Categoria II — Consumo regular com estoque normal:** prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas corridas, contadas do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável à maioria das solicitações de medicamentos do elenco básico, destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, do CAPS I, do Centro de Especialidades Odontológicas e da Farmácia Popular, cujo abastecimento é planejado com antecedência suficiente para acomodar o prazo de entrega regular.

**Categoria III — Itens de baixa rotatividade ou sob encomenda:** prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável a medicamentos com menor giro comercial, itens de uso hospitalar especializado, medicamentos importados com registro ANVISA ou itens expressamente enquadrados pelo fornecedor nessa categoria no ato do cadastramento. Para que um item seja enquadrado na Categoria III, o fornecedor deverá comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, em até 04 (quatro) horas após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a indisponibilidade imediata do produto e o prazo estimado de entrega, aguardando anuência da Administração antes de prosseguir. A ausência de comunicação dentro desse prazo obrigará o fornecedor a atender no prazo da Categoria II.

A Secretaria Municipal de Saúde indicará na Ordem de Fornecimento a categoria de prazo aplicável. Na ausência de indicação, prevalecerá o prazo da Categoria II. Em nenhuma hipótese será admitida a entrega parcial de uma Ordem de Fornecimento com justificativa de que parte dos itens não estava disponível, sem comunicação prévia nos termos deste item.

O fornecedor deverá, quando identificar dificuldade logística que impeça o cumprimento do prazo da Ordem de Fornecimento, comunicar o Fiscal do Contrato com antecedência mínima de 12 (doze) horas antes do vencimento do prazo, de modo a permitir que a Administração providencie o acionamento do cadastro de reserva antes que o desabastecimento se concretize. A comunicação intempestiva ou a ausência de comunicação não elidirá a aplicação das penalidades por atraso.

## 7. LOCAL DE ENTREGA

A entrega dos medicamentos deverá ser realizada na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Viçosa/BA, situada em local a ser indicado na Ordem de Fornecimento, em dias úteis, no horário das 08h00 às 16h00, salvo acordo formal diverso entre o fiscal do contrato e o fornecedor para casos específicos. A Ordem de Fornecimento poderá, a critério da Secretaria de Saúde, indicar entrega diretamente em outra unidade da rede — Hospital Municipal de Posto da Mata, Clínica Médica Municipal ou outra unidade — situação em que o prazo de entrega continuará sendo contado a partir do recebimento da OF, sendo de responsabilidade exclusiva do fornecedor o cumprimento do prazo no novo endereço.

O fornecedor deverá confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento por meio de resposta eletrônica ao canal oficial de comunicação indicado pela Secretaria, em até 02 (duas) horas após o envio, sob pena de ser considerado ciente independentemente de confirmação, contando-se o prazo de entrega a partir do envio da OF.



Todos os custos de transporte, carga, descarga e entrega até o local designado correm por conta exclusiva do fornecedor, sem qualquer ônus adicional para a Administração, estando esses custos integralmente absorvidos pelo desconto ofertado na licitação.

## 8. CONDIÇÕES DE QUALIDADE DOS MEDICAMENTOS

Todos os medicamentos fornecidos em decorrência da Ata de Registro de Preços deverão, obrigatoriamente e cumulativamente, atender às seguintes condições de qualidade, cuja inobservância ensejará a recusa do produto no ato do recebimento, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

Registro ANVISA vigente: todo medicamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA, nos termos da Lei nº 6.360/1976 e da RDC ANVISA nº 204/2017. O número do registro ANVISA deve constar do rótulo e da nota fiscal. No ato da entrega, o fornecedor deverá apresentar comprovante de consulta ao sistema e-SISA/ANVISA ou documento equivalente atestando a validade do registro na data da entrega, para os itens indicados pelo fiscal como de maior relevância clínica ou de histórico regulatório sensível.

Prazo de validade mínimo: os medicamentos deverão apresentar, no ato da entrega, prazo de validade remanescente de no mínimo 60% (sessenta por cento) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contado da data de fabricação até a data de vencimento impressa na embalagem. Essa exigência tem por finalidade garantir que os medicamentos possam ser consumidos antes do vencimento, considerando o ciclo de armazenagem na CAF (em média 30 a 60 dias) e o prazo de distribuição às unidades de saúde. Para exemplificação: um medicamento com validade total de 24 meses, fabricado em determinada data, somente será aceito se, no ato da entrega, restar prazo de validade igual ou superior a 14 meses e 12 dias (60% de 24 meses = 14,4 meses). Medicamentos que não atendam a esse requisito serão recusados imediatamente e devolvidos ao fornecedor, sem ônus para a Administração.

Embalagem original e integridade: os medicamentos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, em perfeito estado, sem sinais de violação, amassamento, rótulos danificados, embalagens secundárias abertas ou avariadas. Não serão aceitos medicamentos reembalados, fracionados ou com embalagem reconstituída.

Rotulagem e bula em conformidade: os rótulos deverão conter todas as informações exigidas pela RDC ANVISA nº 71/2009, incluindo denominação comum brasileira (DCB) ou denominação comum internacional (DCI), nome do titular do registro, número do registro ANVISA, número de lote, data de fabricação e data de vencimento, via de administração, concentração, forma farmacêutica e nome do farmacêutico responsável com número do CRF. Todos os medicamentos importados deverão ter rótulo e bula em língua portuguesa, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (art. 31 da Lei nº 8.078/1990). A ausência ou ilegibilidade dessas informações ensejará a recusa do produto.

Condições de armazenagem e transporte: os medicamentos deverão ser transportados em condições que assegurem a manutenção de suas características de qualidade, conforme RDC ANVISA nº 329/1999. Para medicamentos termolábeis — que exigem conservação entre 2°C e 8°C (cadeia fria) ou em temperatura ambiente controlada (15°C a 25°C) —, o transporte deverá ser realizado em veículo com controle de temperatura, com utilização de fitas indicadoras de temperatura ou datalogger que comprove a manutenção da faixa adequada durante todo o trajeto. O documento de comprovação do controle de temperatura deverá ser apresentado ao fiscal no ato da entrega dos medicamentos termolábeis, sob pena de recusa do lote.

Acondicionamento por forma farmacêutica: além das exigências gerais, serão observadas as seguintes condições específicas por forma farmacêutica: xaropes e suspensões deverão ser acompanhados de copo dosador ou seringa de administração oral; medicamentos em comprimidos, drágeas ou cápsulas deverão estar





acompanhados em cartelas, envelopes ou caixas íntegras; medicamentos injetáveis deverão vir acompanhados dos diluentes específicos indicados pelo fabricante quando houver essa exigência na bula; bisnagas deverão apresentar lacre intacto no bico de dispensação e tampa com dispositivo de rompimento não violado; cremes e pomadas de uso ginecológico deverão ser acompanhados de aplicadores protegidos por material adequado e convenientemente selado.

## 9. MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

O fornecimento de medicamentos sujeitos a controle especial, assim definidos pela Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações — incluindo psicotrópicos, ansiolíticos, antidepressivos, anticonvulsivantes, opioides, precursores químicos e demais substâncias das listas atualizadas pela ANVISA — está sujeito a exigências regulatórias adicionais que deverão ser observadas em todas as etapas do fornecimento.

O fornecedor que comercializar medicamentos sujeitos a controle especial deverá possuir Autorização Especial de Funcionamento concedida pela ANVISA, nos termos da Portaria SVS/MS nº 344/1998, e apresentar cópia desse documento no ato da habilitação. A ausência dessa autorização não impedirá a habilitação do licitante para o lote como um todo, mas o fornecedor que não possua Autorização Especial ficará impedido de fornecer os itens de controle especial, devendo comunicar essa limitação à Secretaria Municipal de Saúde no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a assinatura da ata, para que a Administração possa acionar o cadastro de reserva para esses itens específicos ou adotar outra solução de abastecimento.

No ato de cada entrega de medicamento de controle especial, além dos documentos exigidos para os demais medicamentos, o fornecedor deverá apresentar a Nota Fiscal de Venda com a descrição específica do medicamento controlado, a Receita de Controle Especial (Notificação de Receita) de referência quando exigível, e o Balanço Farmacêutico ou documento equivalente de rastreabilidade conforme exigência da legislação sanitária vigente. O não cumprimento dessas exigências resultará na recusa imediata do medicamento e comunicação à ANVISA e à Vigilância Sanitária municipal.

A Secretaria Municipal de Saúde também manterá em dia sua Autorização de Funcionamento para o recebimento de medicamentos de controle especial e garantirá que a CAF disponha de estrutura física adequada (armário com fechadura, controle de acesso restrito) para o armazenamento desses produtos, conforme exigência da Portaria SVS/MS nº 344/1998.

## 10. DA TABELA CMED E MECANISMO DE PRECIFICAÇÃO DINÂMICA

A base de precificação de todos os fornecimentos realizados em decorrência desta Ata de Registro de Preços será a Tabela de Preços de Medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/ANVISA), especificamente a coluna "Preço de Fábrica (PF) com alíquota de ICMS de 21,50%", correspondente à alíquota praticada no Estado da Bahia, atualizada mensalmente pela ANVISA e disponibilizada no sítio eletrônico oficial da CMED.

O preço efetivo de cada medicamento em cada Ordem de Fornecimento será calculado da seguinte forma:  $\text{Preço Efetivo} = \text{PF CMED (ICMS 21,50\%)} \text{ do mês da entrega} \times (1 - \text{Desconto Registrado em Ata})$ . Esse mecanismo garante que o preço acompanha automaticamente as variações mensais da tabela CMED, sem necessidade de aditamento à ata, de notificação ao fornecedor ou de qualquer ato formal da Administração. O reajuste automático se aplica tanto para aumento quanto para redução do PF CMED, sendo que no caso de redução a Administração pagará o valor menor, e no caso de aumento pagará o valor maior, desde que respeitado o teto orçamentário.



A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá discriminar, para cada item entregue: a denominação do medicamento (DCB), a forma farmacêutica, a concentração e a via de administração; a quantidade entregue; o valor unitário na Tabela CMED — PF com ICMS de 21,50% — do mês de referência da entrega; o percentual de desconto registrado em ata; o valor unitário com desconto aplicado; e o valor total do item. O fiscal do contrato verificará a exatidão de cada um desses campos comparando os valores da Nota Fiscal com a Tabela CMED vigente no mês da entrega, disponível no sítio da ANVISA.

Caso algum medicamento solicitado em Ordem de Fornecimento não conste da Tabela CMED vigente — seja por ter seu registro cancelado, seja por ainda não ter sido inserido na tabela —, a Administração deverá ser comunicada imediatamente pelo fornecedor, e o item não poderá ser fornecido por meio desta ata, devendo a Secretaria Municipal de Saúde adotar solução alternativa de aquisição.

## 11. DA HABILITAÇÃO

A participação na licitação exigirá a comprovação dos seguintes requisitos de habilitação, que deverão ser apresentados exclusivamente pelo licitante provisoriamente vencedor, após encerrada a fase de lances e negociação, conforme art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021.

### 11.1 Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica será comprovada conforme a natureza do licitante, sendo exigido: para empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis; para Microempreendedor Individual (MEI), Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI); para Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório dos administradores em exercício; para cooperativa, ata de fundação e estatuto social em vigor, aprovado em assembleia, com o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971; e para sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos administradores. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações realizadas ou da consolidação respectiva.

### 11.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social (INSS), expedida pela Receita Federal do Brasil; certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante; certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho. Para microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal será exigida apenas para fins de contratação, sendo assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização de pendências identificadas, nos termos do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

### 11.3 Qualificação Técnica

A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação cumulativa dos seguintes documentos:

a) Atestado de Capacidade Técnica: comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que demonstre o fornecimento de medicamentos para pessoa jurídica de direito público, em características pertinentes ao objeto licitado. O atestado deverá conter, preferencialmente: papel timbrado da empresa emitente, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e



cargo de quem assina, descrição do objeto fornecido, valor aproximado do fornecimento ou quantidade significativa de itens e período de execução. Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante, por empresas do mesmo grupo econômico ou por pessoas físicas. A documentação deverá conter informações que permitam o contato com a empresa atestante para fins de verificação de autenticidade.

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA: documento obrigatório para distribuidoras de medicamentos, nos termos da RDC ANVISA nº 204/2017 e da Lei nº 6.360/1976, com validade vigente na data de apresentação. A AFE deverá contemplar a atividade de distribuição de medicamentos em âmbito nacional e deverá estar disponível para consulta no sistema da ANVISA (SCTIE/GGFIS). A verificação da autenticidade será feita pelo pregoeiro no sítio eletrônico da ANVISA.

c) Alvará de Funcionamento Sanitário: documento emitido pelo órgão sanitário competente (Vigilância Sanitária municipal ou estadual) da sede do licitante, com validade vigente na data de apresentação, autorizando o funcionamento da empresa para o exercício das atividades de distribuição de medicamentos.

d) Autorização Especial de Funcionamento para medicamentos de controle especial (quando aplicável): as empresas distribuidoras que comercializem medicamentos sujeitos a controle especial listados na Portaria SVS/MS nº 344/1998 deverão apresentar a Autorização Especial de Funcionamento concedida pela ANVISA para essa atividade. A ausência desse documento não impede a participação na licitação nem a habilitação para o lote, mas obriga o licitante a declarar formalmente essa limitação, nos termos do item 9 deste Termo de Referência.

e) Declaração de capacidade logística: declaração formal do licitante identificando o centro de distribuição responsável pelo atendimento ao Município de Nova Viçosa/BA, o modal de transporte a ser utilizado, a distância estimada até o local de entrega e a forma como o licitante assegurará o cumprimento dos prazos de entrega das três categorias previstas neste Termo de Referência, especialmente considerando a localização geográfica do Município no extremo sul do Estado da Bahia.

#### 11.4 Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira será demonstrada por meio de Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias. Complementarmente, deverá ser apresentado Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis, registrados na Junta Comercial quando exigível, acompanhados de memorial de cálculo assinado pelo representante legal e pelo contador, demonstrando os seguintes índices mínimos: Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0; Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0; e Índice de Endividamento Total (IET) igual ou inferior a 0,8, calculados segundo as fórmulas constantes do edital. Na hipótese de o licitante não atingir os índices exigidos, a qualificação econômico-financeira poderá ser comprovada alternativamente por meio de patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% do valor global estimado do lote.

## 12. RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS E CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO

O recebimento dos medicamentos ocorrerá em duas fases distintas e sequenciais, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, pelo fiscal do contrato ou por servidor por ele designado, mediante conferência sumária com foco nos seguintes elementos: conferência da quantidade entregue contra a Ordem de Fornecimento; verificação da integridade das embalagens externas; verificação visual das datas de validade impressas nas embalagens; verificação da temperatura de entrega para itens termolábeis (mediante leitura do datalogger ou fita indicadora); e confirmação de que os produtos entregues correspondem aos itens





solicitados na OF, em termos de denominação, concentração, forma farmacêutica e via de administração. O recebimento provisório será registrado em documento próprio, com identificação do número da OF, data, hora, nome do servidor receptor e assinatura do representante do fornecedor ou do transportador.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante verificação detalhada pelo fiscal do contrato, abrangendo os seguintes elementos:

Checklist de recebimento definitivo:

Item verificado	Exigência	Conforme?	Observação
Número do registro ANVISA no rótulo	Obrigatório e vigente		
Validade mínima de 60%	Calculada conforme item 8 deste TR		
Embalagem original e íntegra	Sem violação ou avaria		
Rotulagem completa (DCB, lote, fabricação, validade, CRF)	Conforme RDC nº 71/2009		
Bula em português	Exigência legal		
Temperatura de armazenagem verificada	Conforme rótulo/bula		
Documentos de controle de temperatura (termolábeis)	Datalogger ou fita indicadora		
Nota fiscal com campos obrigatórios (CMED, desconto, valor final)	Conforme item 10 deste TR		
Autorização Especial para medicamentos controlados	Quando aplicável		
Correspondência com a OF (item, quantidade, concentração)	Conferência item a item		

O recebimento definitivo será formalizado mediante atesto do fiscal na Nota Fiscal, que servirá como autorização para o processamento do pagamento. O fiscal registrará o resultado do checklist em Relatório de Recebimento a ser arquivado no processo administrativo da contratação.

Havendo constatação de inconformidade em qualquer item do checklist, o fiscal notificará o fornecedor por escrito, com indicação clara da irregularidade verificada e do prazo para substituição ou regularização. O fornecedor terá 05 (cinco) dias corridos para realizar a substituição do produto recusado ou sanar a irregularidade apontada, sem qualquer ônus para a Administração. O período entre a entrega do produto recusado e a efetiva substituição não será contabilizado para fins de aplicação das penalidades de atraso, mas a recusa em substituir no prazo fixado configurará infração autônoma, sujeita à multa compensatória prevista na tabela de sanções.



### 13. INDICADORES DE QUALIDADE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do objeto será avaliada por meio de quatro indicadores objetivos, cujo acompanhamento é obrigação do fiscal do contrato e cujos resultados devem constar do Relatório Trimestral de Fiscalização:

Indicador 1 — Continuidade de Abastecimento: mensurado pelo número de ocorrências de desabastecimento de medicamentos do elenco básico por período superior a 72 horas consecutivas nas unidades de saúde municipais. A meta é zero ocorrências de desabastecimento crítico por trimestre. Entende-se como desabastecimento crítico a ausência de determinado medicamento por período superior a 72 horas em razão de inadimplência do fornecedor, distinguindo-se das situações de cancelamento de registro ANVISA ou força maior devidamente comunicadas e documentadas.

Indicador 2 — Economicidade Efetiva: mensurado pelo percentual de desconto médio efetivamente praticado nas ordens de fornecimento liquidadas no trimestre, calculado como a média ponderada dos descontos aplicados, com peso proporcional ao valor de cada OF. A meta é que o desconto médio efetivo seja igual ao desconto registrado em ata (sem erosão por renegociação indevida ou erro na aplicação da tabela CMED). Qualquer divergência entre o desconto registrado em ata e o desconto efetivamente praticado nas notas fiscais deverá ser investigada pelo fiscal e notificada ao fornecedor para correção.

Indicador 3 — Pontualidade nas Entregas: mensurado pelo percentual de Ordens de Fornecimento atendidas dentro do prazo contratual da categoria respectiva. A meta é que no mínimo 90% das OFs sejam atendidas no prazo. O cumprimento desse indicador será verificado trimestralmente, comparando a data de emissão de cada OF com a data de entrega registrada no recibo de recebimento provisório. OFs atendidas com atraso e OFs não atendidas serão contabilizadas separadamente para fins de aplicação de penalidades.

Indicador 4 — Regularidade Sanitária das Entregas: mensurado pelo número de ocorrências de entrega de medicamentos em desconformidade com as exigências sanitárias, incluindo validade abaixo do mínimo exigido, embalagem violada, medicamento sem registro ANVISA vigente ou temperatura de transporte inadequada para itens termolábeis. A meta é zero ocorrências de irregularidade sanitária nas entregas por trimestre.

O Relatório Trimestral de Fiscalização, contendo a aferição dos quatro indicadores, será elaborado pelo fiscal do contrato até o décimo dia útil após o encerramento de cada trimestre e encaminhado à Secretária Municipal de Saúde. O descumprimento sistemático dos indicadores — definido como dois trimestres consecutivos com resultado abaixo das metas nos Indicadores 1, 3 ou 4, ou com erosão identificada no Indicador 2 — configurará elemento relevante para a análise de rescisão da ata e acionamento do cadastro de reserva, independentemente da aplicação das penalidades individuais por cada inadimplemento verificado.

### 14. PROTOCOLO DE SUBSTITUIÇÃO TERAPÊUTICA

A Administração não poderá, por conveniência unilateral ou mera preferência, solicitar medicamentos em denominação de marca em substituição à DCB. O fornecedor, por sua vez, não poderá, sem autorização prévia, substituir o medicamento solicitado por equivalente terapêutico de denominação, concentração, forma farmacêutica ou via de administração diversa da especificada na Ordem de Fornecimento.

Nos casos em que o medicamento solicitado estiver temporariamente indisponível no mercado, tiver seu registro ANVISA cancelado ou suspenso durante a vigência da ata, ou estiver em desabastecimento no setor atacadista por razão comprovada, o fornecedor poderá propor à Administração a substituição por medicamento equivalente terapêutico, observando-se o seguinte protocolo:



O fornecedor comunicará por escrito ao fiscal do contrato a impossibilidade de atendimento do item específico, com a indicação da causa, da data estimada de normalização do abastecimento e da proposta de substituição terapêutica, incluindo denominação, concentração, forma farmacêutica e número de registro ANVISA do produto substituto proposto. O fiscal encaminhará imediatamente a comunicação ao Assessor Farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde, que deverá se pronunciar sobre a aceitabilidade técnica da substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento, podendo consultar os profissionais médicos da rede se necessário para a avaliação clínica. Autorizada a substituição pelo Assessor Farmacêutico, a Administração emitirá nova Ordem de Fornecimento com o produto substituto indicado. O prazo de entrega do produto substituto será contado a partir da emissão da nova OF, nos termos da categoria de urgência aplicável.

A substituição autorizada não altera o desconto registrado em ata, que continuará sendo aplicado sobre o PF CMED do produto substituto. A autorização de substituição é pontual e específica para a OF que a originou, não criando precedente para substituições futuras sem nova autorização. O produto original permanece registrado na ata e deverá ser fornecido normalmente assim que a indisponibilidade for superada.

## 15. GESTÃO DO CADASTRO DE RESERVA E ACIONAMENTO

O cadastro de reserva constitui instrumento essencial de segurança no abastecimento, tendo em vista que o Risco 1 identificado na matriz de riscos do ETP (desabastecimento pelo fornecedor durante a vigência da ata) é classificado como de probabilidade média e impacto alto.

O cadastro de reserva será formado após a homologação da licitação, com os licitantes que aceitarem cotar o lote pelo mesmo desconto do adjudicatário e com aqueles que mantiverem sua proposta original, em ordem de classificação. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva será verificada no momento do seu acionamento.

O acionamento do cadastro de reserva poderá ocorrer nas seguintes situações: inadimplemento injustificado de Ordem de Fornecimento por parte do fornecedor principal; cancelamento do registro do fornecedor principal na ata por sanção, falência ou descontinuidade das atividades; situação de desabastecimento crítico identificado pelo fiscal, mesmo que o fornecedor principal conteste o inadimplemento; e qualquer outra situação que, a juízo da Administração, comprometa a continuidade do abastecimento da rede de saúde.

O procedimento de acionamento observará os seguintes prazos: nas situações de urgência clínica (Categoria I), o fiscal deverá comunicar ao gestor do contrato a situação de desabastecimento e este acionará o primeiro reservista em até 04 (quatro) horas após a confirmação do inadimplemento do fornecedor principal; nas demais situações, o acionamento ocorrerá em até 24 (vinte e quatro) horas. O reservista acionado terá 02 (dois) dias úteis para confirmar a aceitação e apresentar documentação de habilitação. Caso o primeiro reservista não aceite ou não comprove a habilitação no prazo, o segundo reservista será acionado nas mesmas condições.

O acionamento do cadastro de reserva não isenta o fornecedor principal das penalidades cabíveis pela situação de inadimplemento que originou o acionamento, e os custos eventualmente superiores gerados pelo fornecimento pelo reservista poderão ser cobrados do fornecedor principal que deu causa ao desabastecimento, nos termos do art. 137, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

## 16. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

Além das obrigações gerais decorrentes da legislação aplicável e do edital, constituem obrigações específicas do fornecedor registrado nesta ata:





Fornecer todos os medicamentos constantes da Tabela CMED, nas categorias éticas, genéricas e similares, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, sem discriminação por valor unitário, volume de pedido ou distância do local de entrega. Manter, durante toda a vigência da ata, todas as autorizações sanitárias exigidas para a habilitação (AFE ANVISA, Alvará Sanitário, Autorização Especial quando aplicável), comunicando imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde qualquer cancelamento, suspensão ou restrição imposta por órgão regulatório que possa afetar o fornecimento do objeto. Manter canal de comunicação eletrônica operacional (e-mail institucional e telefone com WhatsApp) para recebimento das Ordens de Fornecimento e para comunicações do fiscal do contrato, com tempo de resposta máximo de 02 (duas) horas em dias úteis e de 04 (quatro) horas fora do horário comercial para situações de urgência. Comunicar ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, qualquer previsão de dificuldade de abastecimento para itens de alta rotatividade, de modo a permitir o planejamento preventivo pela Administração. Manter estoque ou capacidade de abastecimento suficiente para atender à demanda esperada do Município, conforme histórico de consumo informado na declaração de capacidade logística. Emitir notas fiscais eletrônicas com todos os campos obrigatórios preenchidos, conforme especificações do item 10 deste Termo de Referência. Participar, quando convocado, de reuniões de alinhamento com o fiscal do contrato, que poderão ser realizadas de forma presencial ou por videoconferência.

#### 17. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do gestor e do fiscal do contrato, obriga-se a: emitir as Ordens de Fornecimento com clareza e antecedência suficiente para permitir o cumprimento dos prazos contratuais pelo fornecedor; confirmar o recebimento das comunicações do fornecedor no prazo máximo de 02 (duas) horas durante o expediente; realizar o recebimento definitivo e o atesto da nota fiscal no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, sem dilações injustificadas; comunicar formalmente ao fornecedor qualquer irregularidade verificada nos produtos entregues, com prazo definido para substituição; efetuar o pagamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o atesto, sem impor condições não previstas em lei ou no contrato; responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos do protocolo; manter a designação formal do fiscal e do gestor do contrato durante toda a vigência da ata; e elaborar os relatórios trimestrais de fiscalização previstos neste Termo de Referência.

#### 18. FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Fiscal do Contrato formalmente designado pela Secretária Municipal de Saúde por meio de Portaria específica, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, antes da assinatura da ata. Igualmente deverá ser designado um Gestor do Contrato responsável pela supervisão administrativa e pela interface entre o fiscal, o departamento financeiro e a autoridade superior.

Compete ao Fiscal do Contrato, especificamente: receber e processar as Ordens de Fornecimento; acompanhar as entregas e realizar o recebimento provisório e definitivo; preencher o checklist de recebimento estabelecido neste Termo; notificar o fornecedor sobre irregularidades; verificar a conformidade das notas fiscais com a Tabela CMED vigente; aferir os indicadores de qualidade da execução; elaborar os relatórios trimestrais; e comunicar à autoridade competente as situações que recomendem a aplicação de sanções ou o acionamento do cadastro de reserva. Compete ao Gestor do Contrato: supervisionar a atuação do fiscal; processar os pedidos de reequilíbrio; gerir o cadastro de reserva; coordenar as providências administrativas em caso de rescisão; e manter o dossiê do contrato atualizado.



## 19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o fornecedor às penalidades estabelecidas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte tabela de penalidades específica:

Infração	Sanção	% de Multa	Base de Cálculo
Descumprimento de formalidade não essencial, sem prejuízo ao fornecimento — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso na entrega de até 4h (itens de consumo imediato) ou até 12h (demais itens) — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso injustificado superior a 4h (itens imediatos) ou 12h (demais itens)	Multa moratória	0,5% por dia ou fração, limitada a 10% do valor do pedido	Valor do item ou pedido inadimplido
Entrega de produto em desacordo com especificações, sem substituição no prazo previsto	Multa compensatória	5%	Valor do item recusado na OF
Recusa injustificada em substituir produto recusado dentro do prazo	Multa compensatória	10%	Valor do item não substituído
Inexecução parcial: não atendimento injustificado de Ordem de Fornecimento	Multa compensatória	10%	Valor da OF inadimplida
Recusa injustificada em assinar a ARP ou instrumento equivalente	Multa compensatória	15%	Valor global estimado do lote adjudicado
Inexecução total: descontinuação do fornecimento sem motivo justificado	Multa compensatória	20%	Valor global estimado do lote
Reincidência em infração que tenha gerado multa anterior, dentro de 6 meses	Multa compensatória + Impedimento de licitar 6 a 24 meses	20%	Valor global estimado do lote
Apresentação de declaração ou documentação falsa	Multa compensatória + Impedimento de licitar 12 a 36 meses	20%	Valor global estimado do lote
Fraude à licitação ou execução; comportamento inidôneo; ato lesivo (Lei nº 12.846/2013)	Declaração de inidoneidade + Multa	30%	Valor global estimado do lote

A aplicação das sanções dependerá de prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 157 a 163 da Lei nº 14.133/2021. A multa poderá ser descontada dos valores devidos ao fornecedor. Na insuficiência de créditos, o fornecedor terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolhimento, sob pena de inscrição em dívida ativa. A aplicação de multa não impede a aplicação cumulativa das demais sanções nem exclui o dever de reparação integral dos prejuízos causados à Administração.

## 20. DO PAGAMENTO



O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do atesto definitivo da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, mediante crédito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observada a ordem cronológica de pagamentos por fonte de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VIÇOSA/BA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.756.421/0001-63 com sede na Av. Marechal Castelo Branco, 1000, Bairro Castelo, Posto da Mata/Nova Viçosa/Bahia, discriminando item por item os medicamentos entregues, com todos os campos obrigatórios preenchidos conforme especificado no item 10 deste Termo. Notas fiscais com divergência de valores, campos incompletos ou sem correspondência com a Ordem de Fornecimento não serão atestadas pelo fiscal, e o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para a Administração.

No ato do pagamento, o fiscal ou o gestor do contrato verificará a manutenção das condições de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, mediante consulta eletrônica às certidões necessárias. A irregularidade superveniente suspenderá o pagamento até a regularização, nos termos da lei. Sobre o valor pago, serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, exceto para fornecedores regularmente optantes pelo Simples Nacional, mediante comprovação.

Não será admitida, sob qualquer pretexto, a cessão de créditos decorrentes desta contratação sem expressa anuência prévia e por escrito da Administração Municipal.

## 21. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será admitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública não participantes do certame (caronas), nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023, observados os seguintes limites e condições:

Cada órgão ou entidade aderente poderá adquirir, por meio desta ata, quantidade de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estimados para cada item do lote. O somatório de todas as adesões não poderá superar 100% (cem por cento) dos quantitativos estimados para cada item, garantindo que as adesões não inviabilizem o atendimento ao órgão gerenciador. A adesão dependerá de prévia consulta e anuência do fornecedor registrado, o qual poderá recusar a adesão sem penalidade caso o atendimento do órgão aderente comprometa o fornecimento ao Município de Nova Viçosa/BA. A adesão depende ainda de autorização do órgão gerenciador e de comprovação pelo aderente de que o preço registrado é vantajoso em relação à sua contratação individualizada. As obrigações decorrentes de eventual adesão são de responsabilidade exclusiva do órgão aderente.

## 22. DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de divergência entre este Termo de Referência e outros documentos que integram o processo licitatório, prevalecerão as disposições deste instrumento para todas as questões relativas ao objeto, às especificações técnicas, às condições de execução, recebimento, fiscalização e qualidade. Para as regras de procedimento do certame, prevalecerão as disposições do edital, sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O fornecedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, declara ter pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e dos demais documentos do processo, não podendo invocar desconhecimento como justificativa para o descumprimento de qualquer obrigação assumida.





**NOVA VIÇOSA**  
PODER EXECUTIVO

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, na legislação sanitária aplicável ao setor farmacêutico e nos princípios gerais de Direito Administrativo, buscando sempre a solução que melhor proteja o interesse público e a continuidade do abastecimento farmacêutico à população de Nova Viçosa/BA.

Nova Viçosa/BA, 15 de maio de 2026.

---

*Fidelcina Cesar dos Santos*  
*Secretária Municipal de Saúde*  
*Nova Viçosa/Bahia*  
*(Autoridade Requisitante — art. 6º, XX, Lei nº 14.133/2021)*

---

Jonatha Conceição Correa  
Assessor de Secretaria  
Matrícula nº 303214  
Nova Viçosa/Bahia





## ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, éticos, genéricos e similares constantes da tabela CMED, mediante maior desconto linear sobre o Preço Fábrica (PF) com alíquota de ICMS de 21,50% (vinte um virgula cinquenta por cento), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Viçosa/BA.

NOME DE FANTASIA: \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_

BANCO: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA: \_\_\_\_\_

A empresa apresenta proposta para o(s) lote(s) abaixo indicado(s), declarando que nos preços estão inclusas todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto, inclusive tributos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, transporte, embalagem, entrega e demais custos diretos e indiretos.

O desconto ofertado incidirá sobre todos os medicamentos constantes da tabela CMED – PF. com alíquota de ICMS de 21,50%

### MAIOR DESCONTO % SOBRE O PF(PREÇO DE FABRICAÇÃO) DA TABELA DE PREÇOS CMED/ANVISA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. ESTIMADO	DESCONTO(%)	V. TOTAL
1	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" a "Z"	UND	1	R\$ 200.000,00		
2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" a "Z"	UND	1	R\$ 600.000,00		
3	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" a "Z"	UND	1	R\$ 400.000,00		
Total do Lote:01				R\$1.200.000,00	(%)	R\$

TOTAL POR EXTENSO DO(S) LOTE(S): \_\_\_\_\_

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Prazo de entrega: conforme Termo de Referência e Ordem de Fornecimento emitida pela Administração.

Declara que os produtos serão entregues em conformidade com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços.

Declara que não incide nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

CARIMBO DA EMPRESA / ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA  
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, Declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo órgão licitante quanto à qualificação das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital. Declara, ainda, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF







**NOVA VIÇOSA**  
PODER EXECUTIVO

## **ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA  
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, Declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF





**NOVA VIÇOSA**  
PODER EXECUTIVO

## ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA  
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, Declara, sob as penas da lei, que a empresa se enquadra como: ME ( ) EPP ( ) MEI ( ) NÃO ENQUADRADA ( ), estando ciente das condições legais para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF





**NOVA VIÇOSA**  
PODER EXECUTIVO

## ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA  
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, Declara, sob as penas da lei, que não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nem foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, inexistindo sanção vigente que impeça sua participação no presente certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF







**NOVA VIÇOSA**  
PODER EXECUTIVO

## ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA  
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, Declara, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF





## ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 007/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026**

O **MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.761.531/0001-49, com sede na Av. Oceânica, 2994, Abrolhos I, Cidade de Nova Viçosa, Estado da Bahia, aqui denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pela Prefeita Sra. **LUCIANA SOUSA MACHADO RODRIGUES**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_ — CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, proprietário, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, adiante denominada **DETENTORA DA ATA**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, de 01 de abril de 2021, da **Lei Complementar nº 123/2006**, de 14 de dezembro de 2006, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto O Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, éticos, genéricos e similares constantes da tabela CMED, mediante maior desconto linear sobre o Preço Fábrica (PF) com alíquota de ICMS de 21,50% (vinte um virgula cinquenta por cento), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Viçosa/BA, conforme especificações, quantitativos estimados e condições constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e desta Ata.

### 2. PREÇO/DESCONTO REGISTRADO E ESPECIFICAÇÕES DO LOTE.

ITEM	MEDICAMENTOS	DESCONTO PERCENTUAL (%)	V. TOTAL
1	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" a "Z"		
2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" a "Z"		
3	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" a "Z"		
		(%)	R\$

2.1. O percentual de desconto aplicado é sobre o **Preço Fábrica – PF da TABELA OFICIAL CMED/ANVISA**.

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimo) nas seguintes hipóteses:



**2.3.** Em caso de aumento, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta ARP, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Objeto ajustado, ou ainda, em situações de força maior, caso fortuito, fato do princípio e fato da administração, nos termos da **alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021**.

**2.4.** Em caso de decréscimo, na hipótese do valor registrado ficar muito superior ao valor de mercado, ou, ainda, quando ocorrer fato do príncipe previsto na **alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021**.

**2.5.** A revisão dos valores será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado, sempre assegurado o devido processo legal.

**2.6.** Nos preços/descontos supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto, inclusive frete.

### **3. DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**3.1.** Ficam registrados os preços do lote adjudicados em favor do fornecedor signatário, observada a proposta final readequada apresentada no certame.

**3.2.** Embora o julgamento ocorra pelo **maior desconto** pelo lote, a proposta readequada deverá apresentar os valores unitários e totais de cada item integrante do respectivo lote, para fins de emissão das ordens de fornecimento, controle de quantitativos, liquidação da despesa, pagamento e fiscalização contratual.

**3.3.** Os preços unitários registrados deverão guardar compatibilidade com a proposta global vencedora do respectivo lote, vedada a apresentação de preços unitários simbólicos, irrisórios, inexequíveis, excessivos ou que possam comprometer a execução equilibrada do lote.

**3.4.** Ficam registrados os seguintes itens, quantitativos estimados e preços, conforme proposta vencedora:

**3.5.** Os preços registrados abrangem todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, sanitários e quaisquer outras despesas incidentes.

**3.6.** Os quantitativos constantes desta Ata são estimativos e não obrigam a Administração à contratação integral, ficando as aquisições condicionadas à necessidade pública, à conveniência administrativa e à disponibilidade orçamentária.

**3.7.** A existência de preços registrados em determinado lote não obriga a Administração a utilizar a totalidade do respectivo saldo, podendo as solicitações ocorrerem em quantidades parciais e conforme a demanda real da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Viçosa/BA.

### **4. DA VIGÊNCIA DA ATA**

**4.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, podendo ser prorrogada por igual período e a respectiva renovação dos quantitativos, desde que comprovado o preço vantajoso, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**4.2.** Durante a vigência da Ata, o fornecedor registrado deverá atender às solicitações formalmente emitidas pela Administração, respeitados os preços registrados, as condições do Edital, do Termo de Referência e desta Ata.

**4.3.** A existência de preços registrados não assegura ao fornecedor direito subjetivo à contratação, facultada à Administração a realização de contratação específica quando presentes razões de interesse público devidamente justificadas.

### **5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**





5.1. Será admitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública não participantes do certame (caronas), nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023, observados os seguintes limites e condições:

5.2. Cada órgão ou entidade aderente poderá adquirir, por meio desta ata, quantidade de até **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos estimados para cada item do lote. O somatório de todas as adesões não poderá superar **100% (cem por cento)** dos quantitativos estimados para cada item, garantindo que as adesões não inviabilizem o atendimento ao órgão gerenciador.

5.3. A adesão dependerá de prévia consulta e anuência do fornecedor registrado, o qual poderá recusar a adesão sem penalidade caso o atendimento do órgão aderente comprometa o fornecimento ao Município de Nova Viçosa/BA. A adesão depende ainda de autorização do órgão gerenciador e de comprovação pelo aderente de que o preço registrado é vantajoso em relação à sua contratação individualizada. As obrigações decorrentes de eventual adesão são de responsabilidade exclusiva do órgão aderente.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. As aquisições serão feitas de acordo com a necessidade de consumo e mediante a solicitação da Secretaria demandante, através da Autorização de Fornecimento emitida pela Diretoria de Compras.

6.2. Os produtos deverão ser entregues mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações contidas na Autorização de Fornecimento.

6.3. A Nota Fiscal emitida deverá conter a marca, o fabricante e a procedência do medicamento fornecido.

6.4. Os medicamentos deverão ter no ato da entrega **validade mínima de 60% (sessenta por cento)** a contar da data de fabricação.

6.5. Os medicamentos serão recebidos e conferidos, devendo o fornecedor ou o transportador por ele contratado certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente.

6.6. Todos os medicamentos nacionais ou importados deverão conter nos rótulos e bulas todas as informações (em língua portuguesa), como: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária, nos termos do **artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor**, dentre outros.

6.7. Os medicamentos devem ser entregues em suas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, livre de umidade e constando o número de registro emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF).

6.8. Os produtos deverão estar devidamente protegidos do pó e variação de temperatura, conforme Resolução da ANVISA n.º 329 de 22/07/99. No caso de medicamentos termolábeis as embalagens e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nesses casos, devem ser utilizadas preferencialmente, fitas especiais para monitoramento da temperatura durante o transporte.

6.9. Os “xaropes e suspensões” deverão ser entregues com os copos dosadores; os medicamentos em comprimidos, drágeas ou cápsulas, em envelopes, cartelas e/ou caixas; medicamentos injetáveis deverão vir acompanhados de diluentes; os produtos acondicionados em bisnagas devem apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para rompimento; os aplicadores que acompanham os cremes e pomadas ginecológicas devem estar protegidas por material adequado e convenientemente selado, sob pena de devolução dos mesmos.

6.10. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar à **FISCAL** do contrato, no ato da entrega dos produtos, o Registro dos Medicamentos na ANVISA ou publicação pelo DOU do registro.

6.11. Durante a validade do registro, a **DETENTORA DA ATA** não poderá alegar a indisponibilidade do produto, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas no Edital e nesta ARP.

6.12. Os prazos de entrega observarão as regras do Termo de Referência, especialmente:



6.13. Reconhecendo que a criticidade clínica dos medicamentos varia significativamente conforme o nível assistencial e a urgência da demanda, e considerando a localização geográfica do Município de Nova Viçosa no extremo sul do Estado da Bahia — a grande distância dos principais centros distribuidores do setor farmacêutico —, os prazos de entrega são definidos em três categorias, conforme a natureza e urgência do item solicitado:

- Categoria I — Urgência clínica imediata: prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável a medicamentos solicitados com expressa declaração de urgência pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente medicamentos para uso no Hospital Municipal de Posto da Mata e na Clínica Médica Municipal em situações de atendimento a pacientes internados ou em observação, bem como medicamentos para cumprimento de determinações judiciais com prazo de cumprimento de até 48 horas. A Ordem de Fornecimento da Categoria I deverá ser identificada expressamente com a marcação "URGENTE — CATEGORIA I".
- Categoria II — Consumo regular com estoque normal: prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas corridas, contadas do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável à maioria das solicitações de medicamentos do elenco básico, destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, do CAPS I, do Centro de Especialidades Odontológicas e da Farmácia Popular, cujo abastecimento é planejado com antecedência suficiente para acomodar o prazo de entrega regular.
- Categoria III — Itens de baixa rotatividade ou sob encomenda: prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável a medicamentos com menor giro comercial, itens de uso hospitalar especializado, medicamentos importados com registro ANVISA ou itens expressamente enquadrados pelo fornecedor nessa categoria no ato do cadastramento. Para que um item seja enquadrado na Categoria III, o fornecedor deverá comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, em até 04 (quatro) horas após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a indisponibilidade imediata do produto e o prazo estimado de entrega, aguardando anuência da Administração antes de prosseguir. A ausência de comunicação dentro desse prazo obrigará o fornecedor a atender no prazo da Categoria II.
- A Secretaria Municipal de Saúde indicará na Ordem de Fornecimento a categoria de prazo aplicável. Na ausência de indicação, prevalecerá o prazo da Categoria II. Em nenhuma hipótese será admitida a entrega parcial de uma Ordem de Fornecimento com justificativa de que parte dos itens não estava disponível, sem comunicação prévia nos termos deste item.
- O fornecedor deverá, quando identificar dificuldade logística que impeça o cumprimento do prazo da Ordem de Fornecimento, comunicar o Fiscal do Contrato com antecedência mínima de 12 (doze) horas antes do vencimento do prazo, de modo a permitir que a Administração providencie o acionamento do cadastro de reserva antes que o desabastecimento se concretize. A comunicação intempestiva ou a ausência de comunicação não elidirá a aplicação das penalidades por atraso.

6.14. Não será admitido o fornecimento de item diverso do solicitado, salvo autorização expressa e motivada da Administração, desde que não haja prejuízo à qualidade, à economicidade e ao interesse público.

## 7. DO RECEBIMENTO, RECUSA E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para conferência inicial de quantidade, aparência, embalagem, prazo, condições de conservação e compatibilidade com a solicitação emitida.

7.2. O recebimento do objeto será da seguinte forma:

- Provisoriamente**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, de forma sumária, no ato da entrega dos produtos, com verificação posterior da conformidade do mesmo com as exigências contratuais;
- Definitivamente**, pelo **GESTOR** da ARP, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, para efeito de verificação da conformidade do objeto com as especificações e





exigências contratuais e, conseqüente aceitação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

7.3. Poderão ser recusados, total ou parcialmente, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem sinais de deterioração, embalagem violada ou inadequada, quantidade inferior à solicitada, atraso que comprometa sua finalidade, ou condições inadequadas de higiene, qualidade ou conservação.

7.4. Caso fique evidenciada qualquer divergência na qualidade dos produtos fornecidos, ou quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na proposta, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** reserva-se o direito de rejeitá-los, devendo ser substituído, atendendo ao solicitado, sem qualquer ônus e sem prejuízo da aplicação das penalidades. Constatada qualquer irregularidade, a **DETENTORA DA ATA**, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação, para realizar a regularização necessária.

7.5. O período compreendido entre a entrega do Objeto e a ciência da notificação para a substituição do produto não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para regularização.

7.6. Caso seja constatado que o Objeto substituído/regularizado permanece em desacordo com as especificações do Edital, a contagem do prazo para realizar nova substituição/regularização não será interrompida.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO**

8.1. Constituem obrigações do fornecedor registrado, além das demais previstas no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável:

- assinar esta Ata e os instrumentos decorrentes, quando convocado, no prazo estabelecido pela Administração;
- manter e-mail institucional atualizado e operacional para recebimento de comunicações oficiais, convocações, notificações e ordens de fornecimento;
- fornecer os produtos de acordo com as especificações, quantitativos, prazos e locais definidos pela Administração para o lote adjudicado;
- manter alvará, licença sanitária, dispensa ou documento equivalente vigente, quando exigível pelo órgão competente;
- responsabilizar-se por todos os custos, transporte, carga, descarga e entrega;
- substituir, no prazo definido, os produtos recusados, inadequados, deteriorados ou entregues em desacordo com as especificações;
- manter, durante a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- responder por danos causados à Administração ou a terceiros em razão de falhas na execução do objeto;
- emitir nota fiscal correspondente aos produtos efetivamente entregues e aceitos.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**

9.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador/contratante:

- emitir as ordens de fornecimento, autorizações de compra, notas de empenho ou instrumentos equivalentes necessários à execução do objeto;
- prestar as informações necessárias ao cumprimento das obrigações pelo fornecedor registrado;
- acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos produtos;
- comunicar formalmente irregularidades verificadas, solicitando correções, substituições ou complementações quando cabíveis;
- receber os produtos, verificar sua conformidade e atestar a nota fiscal quando constatada a regular execução;





- efetuar o pagamento dos produtos efetivamente entregues e aceitos, observadas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e no instrumento de contratação.

## **10. DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria de Saúde Municipal, nos termos da legislação vigente.

10.2. Compete à fiscalização verificar a conformidade dos produtos, acompanhar as entregas, registrar ocorrências, solicitar substituições, conferir notas fiscais, atestar o recebimento e comunicar à autoridade competente eventuais descumprimentos.

10.3. Observado o disposto no **artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021**, a execução contratual será acompanhada por um ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme estabelecido no **artigo 7º desta mesma Lei**. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do Objeto contratado, a qualquer hora, por meio do **GESTOR** e **FISCAL** indicados.

10.4. A **DETENTORA DA ATA** submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e/ou por seus prepostos, não eximem a **DETENTORA DA ATA** de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, nem de quaisquer de suas responsabilidades legais e contratual.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento das contratações decorrentes desta Ata será realizado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, do atesto da nota fiscal ou documento equivalente pelo servidor competente e do atendimento das exigências documentais aplicáveis.

11.2. A nota fiscal deverá discriminar o lote, os itens efetivamente fornecidos, quantitativos, valores unitários e totais, devendo corresponder à ordem de fornecimento emitida pela Administração.

11.3. Havendo erro na nota fiscal, divergência de quantitativos, irregularidade documental ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

11.4. Não será efetuado pagamento de produtos recusados, devolvidos, substituídos, não entregues ou entregues em desacordo com as especificações exigidas.

## **12. DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, poderão compor o cadastro de reserva, por lote, os licitantes que aceitarem cotar o respectivo lote em preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação, bem como aqueles que mantiverem sua proposta original, na forma prevista no Edital e na legislação aplicável.

12.2. O cadastro de reserva poderá ser utilizado nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado, recusa injustificada, cancelamento do registro, extinção do vínculo ou demais situações previstas no Edital e na legislação.

12.3. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva poderá ser verificada quando houver necessidade de convocação, observadas as condições editalícias.

## **13. DA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas hipóteses legalmente admitidas, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

13.1.1. Na hipótese de prorrogação da Ata, os preços poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base da pesquisa de preços que embasou a contratação, a atualização da



base de preços observará a Tabela CMED/ANVISA vigente no mês da entrega, mantendo-se inalterado o percentual de desconto registrado, salvo negociação para obtenção de condição mais vantajosa à Administração.

13.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos valores registrados.

13.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, poderá requerer revisão, mediante comprovação documental de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que torne inviável a manutenção do preço.

13.4. A eventual alteração, atualização ou negociação de preços poderá ocorrer por lote e/ou por item, conforme a natureza da variação comprovada, desde que preservado o equilíbrio da Ata e a vantajosidade para a Administração.

#### **14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

14.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas na legislação aplicável, no Edital e nesta Ata, especialmente quando o fornecedor descumprir as condições assumidas, não retirar instrumento equivalente, não aceitar reduzir preço registrado quando este se tornar superior ao praticado no mercado ou sofrer sanção que impeça sua contratação.

14.2. O cancelamento poderá alcançar apenas o lote afetado pela irregularidade ou todos os lotes registrados, conforme a extensão do descumprimento e a análise da Administração.

#### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência e nos instrumentos decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Constituem infrações, entre outras, atrasar injustificadamente o fornecimento, entregar produtos em desacordo com as especificações, recusar a substituição de itens inadequados, apresentar documentação falsa, deixar de manter as condições de habilitação, fraudar a execução ou praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

15.3. A tabela de penalidades aplicáveis é a seguinte:

<b>Infração</b>	<b>Sanção</b>	<b>% de Multa</b>	<b>Base de Cálculo</b>
Descumprimento de formalidade não essencial, sem prejuízo ao fornecimento — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso na entrega de até 4h (itens de consumo imediato) ou até 12h (demais itens) — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso injustificado superior a 4h (itens imediatos) ou 12h (demais itens)	Multa moratória	0,5% por dia ou fração, limitada a 10% do valor do pedido	Valor do item ou pedido inadimplido
Entrega de produto em desacordo com especificações, sem substituição no prazo previsto	Multa compensatória	5%	Valor do item recusado na OF
Recusa injustificada em substituir produto	Multa compensatória	10%	Valor do item não substituído



recusado dentro do prazo			
Inexecução parcial: não atendimento injustificado de Ordem de Fornecimento	Multa compensatória	10%	Valor da OF inadimplida
Recusa injustificada em assinar a ARP ou instrumento equivalente	Multa compensatória	15%	Valor global estimado do lote adjudicado
Inexecução total: descontinuação do fornecimento sem motivo justificado	Multa compensatória	20%	Valor global estimado do lote
Reincidência em infração que tenha gerado multa anterior, dentro de 6 meses	Multa compensatória + Impedimento de licitar 6 a 24 meses	20%	Valor global estimado do lote
Apresentação de declaração ou documentação falsa	Multa compensatória + Impedimento de licitar 12 a 36 meses	20%	Valor global estimado do lote
Fraude à licitação ou execução; comportamento inidôneo; ato lesivo (Lei nº 12.846/2013)	Declaração de inidoneidade + Multa	30%	Valor global estimado do lote

15.3.1. A multa moratória fica limitada a 10% do valor do item ou pedido inadimplido. A aplicação das sanções observará os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## 16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias demandantes, observadas as classificações orçamentárias indicadas no processo administrativo, no Edital e nos instrumentos de contratação.

16.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação poderá ocorrer no momento da efetiva contratação, empenho ou emissão do instrumento equivalente, conforme a legislação aplicável e a disponibilidade orçamentária da unidade demandante.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência, a proposta final readequada do fornecedor registrado, os documentos de habilitação e os demais elementos constantes do processo administrativo.

17.2. A assinatura desta Ata implica ciência e aceitação integral das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

17.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observando-se a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Federal nº 11.462/2023, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.





**NOVA VIÇOSA**  
PODER EXECUTIVO

**MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA**  
ÓRGÃO GERENCIADOR

**FORNECEDOR REGISTRADO**

CNPJ: \_\_\_\_\_

Representante: \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

1.

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2.

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_







3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com sanção de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observada a abrangência da penalidade aplicada.

#### 4. DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

MAIOR DESCONTO % SOBRE O PF(PREÇO DE FABRICAÇÃO) DA TABELA DE PREÇOS CMED/ANVISA						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. ESTIMADO	DESCONTO(%)	V. TOTAL
1	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" a "Z"	UND	1			
2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" a "Z"	UND	1			
3	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" a "Z"	UND	1			
Total do Lote:01					(%)	R\$

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

ÓRGÃO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VIÇOSA  
SECRETARIA: 3.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 3.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AÇÃO: 2.040 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC  
ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
FONTE: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE: 1600 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS FEDERAL - BLOCO MANUTENÇÃO  
FONTE: 1706 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO

AÇÃO: 2.034 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE  
ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
FONTE: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE: 1600 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS FEDERAL - BLOCO MANUTENÇÃO

#### 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A CONTRATANTE obrigar-se-á:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;





- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- f) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- h) Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- i) Cientificar o órgão de representação judicial da Administração Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- k) A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- l) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento do contrato;

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **6.1. A CONTRATADA obrigar-se-á:**

- a) Fornecer o objeto a ser contratado, cumprindo todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, quantidade, valor da tabela CMED, valor com desconto e total;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;



- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- g) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- i) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n) No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar a documentação fiscal e trabalhista exigível, quando cabível, com prazo vigente, para comprovação da manutenção das condições de habilitação, sem prejuízo da verificação pela Administração em sítios eletrônicos oficiais.
- o) Acatar todas as demais condições e assumir as obrigações contidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- p) A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

## **7. DO PAGAMENTO**

7.1 O fornecimento será sob demanda, mediante ordem de fornecimento do setor responsável.

7.2 A contratada deverá estar em condições de fornecer os medicamentos constantes na tabela CMED, conforme especificações do edital e do termo de referência.

7.3 O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal ou Fatura pelo fiscal/gestor do contrato, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da documentação necessária à regular liquidação da despesa e da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigível, quando cabível.

a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;



- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos de tributos municipais;
- d) Certidão negativa de débitos de tributos estaduais
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- f) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- g) Termo de recebimento, atesto ou documento equivalente emitido pela fiscalização.

7.5.1. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VIÇOSA/BA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.756.421/0001-63 com sede na Av. Marechal Castelo Branco, 1000, Bairro Castelo, Posto da Mata/Nova Viçosa/ Bahia, sob pena de devolução do documento fiscal para reemissão, com suspensão do prazo de pagamento até a regularização, sem qualquer ônus para a Administração.

7.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.10. A dispensa excepcional de documentação somente será admitida quando houver previsão legal aplicável e decisão motivada da autoridade competente, sem prejuízo da comprovação de regularidade com a Seguridade Social quando exigível.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.14. A eventual irregularidade fiscal ou trabalhista superveniente será tratada na forma da lei e do contrato, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, das medidas administrativas cabíveis e da verificação pela Administração em sítios eletrônicos oficiais.

7.15. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

## **8. DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO**





8.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

8.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

8.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

8.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.4.3. Indenizações e multas.

8.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **9. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS**

9.1. A entrega dos medicamentos, será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

- Reconhecendo que a criticidade clínica dos medicamentos varia significativamente conforme o nível assistencial e a urgência da demanda, e considerando a localização geográfica do Município de Nova Viçosa no extremo sul do Estado da Bahia — a grande distância dos principais centros distribuidores do setor farmacêutico —, os prazos de entrega são definidos em três categorias, conforme a natureza e urgência do item solicitado:
- Categoria I — Urgência clínica imediata: prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável a medicamentos solicitados com expressa declaração de urgência pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente medicamentos para uso no Hospital Municipal de Posto da Mata e na Clínica Médica Municipal em situações de atendimento a pacientes internados ou em observação, bem como medicamentos para cumprimento de determinações judiciais com prazo de cumprimento de até 48 horas. A Ordem de Fornecimento da Categoria I deverá ser identificada expressamente com a marcação "URGENTE — CATEGORIA I".



- Categoria II — Consumo regular com estoque normal: prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas corridas, contadas do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável à maioria das solicitações de medicamentos do elenco básico, destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, do CAPS I, do Centro de Especialidades Odontológicas e da Farmácia Popular, cujo abastecimento é planejado com antecedência suficiente para acomodar o prazo de entrega regular.
- Categoria III — Itens de baixa rotatividade ou sob encomenda: prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento eletrônico da Ordem de Fornecimento. Aplicável a medicamentos com menor giro comercial, itens de uso hospitalar especializado, medicamentos importados com registro ANVISA ou itens expressamente enquadrados pelo fornecedor nessa categoria no ato do cadastramento. Para que um item seja enquadrado na Categoria III, o fornecedor deverá comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, em até 04 (quatro) horas após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a indisponibilidade imediata do produto e o prazo estimado de entrega, aguardando anuência da Administração antes de prosseguir. A ausência de comunicação dentro desse prazo obrigará o fornecedor a atender no prazo da Categoria II.
- A Secretaria Municipal de Saúde indicará na Ordem de Fornecimento a categoria de prazo aplicável. Na ausência de indicação, prevalecerá o prazo da Categoria II. Em nenhuma hipótese será admitida a entrega parcial de uma Ordem de Fornecimento com justificativa de que parte dos itens não estava disponível, sem comunicação prévia nos termos deste item.
- O fornecedor deverá, quando identificar dificuldade logística que impeça o cumprimento do prazo da Ordem de Fornecimento, comunicar o Fiscal do Contrato com antecedência mínima de 12 (doze) horas antes do vencimento do prazo, de modo a permitir que a Administração providencie o acionamento do cadastro de reserva antes que o desabastecimento se concretize. A comunicação intempestiva ou a ausência de comunicação não elidirá a aplicação das penalidades por atraso.

9.2. A entrega dos medicamentos objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização da CONTRATANTE, devendo o respectivo atesto acompanhar os documentos para fins de pagamento, conforme Cláusula Sétima.

9.3. A licitante vencedora deverá entregar os medicamentos no local indicado na Ordem de Fornecimento, na Autorização de Compra ou em documento equivalente emitido pela Administração, em dia útil e horário previamente definidos, observado, quando cabível, o endereço inicialmente indicado no Termo de Referência.

• Caso haja necessidade de alteração nos locais das entregas, haverá indicação do novo local na Ordem de Fornecimento.

9.3.1 A fiscalização será exercida por servidor formalmente designado pela Administração, mediante ato próprio.

9.4. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

9.5. O objeto contratual será recebido provisória e definitivamente conforme as disposições do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante verificação integral das especificações dos medicamentos constantes na tabela CMED, das demais exigências previstas no Termo de Referência.

9.6. Havendo fornecimento parcial, atraso, desconformidade ou inexecução do objeto, o valor correspondente poderá ser glosado ou retido, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

9.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.



9.5.2. Fica designada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** como **FISCAL**, a servidora Dilma Caetano de Souza Xavier, **DECRETO Nº. 233/2021**, matrícula 8028, à qual incube a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e ampla defesa

9.5.3. Fica designado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** como **GESTORA DO CONTRATO** o(a) servidor(a) Fidelcina Cesar dos Santos, **DECRETO Nº. 016/2021**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do item 18 do Termo de Referência, ao(à) qual compete: supervisionar a atuação do Fiscal do Contrato; processar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, respondendo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos do protocolo; gerir o cadastro de reserva e coordenar o seu acionamento nas situações previstas no Termo de Referência; coordenar as providências administrativas em caso de rescisão; manter o dossiê do contrato atualizado; e servir de interface entre o Fiscal, o departamento financeiro e a autoridade superior.

**Parágrafo único.** Em caso de impedimento temporário, ausência ou vacância do GESTOR DO CONTRATO, a Secretaria Municipal de Saúde providenciará a designação de substituto por ato competente, sendo vedado o período superior a 15 (quinze) dias sem responsável formal pelo exercício das atribuições de gestão, sob pena de comprometimento da regularidade da execução contratual.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas previstas nesta cláusula, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar; ou
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa moratória pelo atraso injustificado na entrega do objeto poderá ser aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A multa compensatória por inexecução parcial poderá ser aplicada em percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, observadas a gravidade da conduta, a proporcionalidade e a extensão do dano causado à Administração.

A multa compensatória por inexecução total poderá ser aplicada em percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da possibilidade de extinção contratual e aplicação das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo regular, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a motivação da decisão.

10.2.5.1. A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.3.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.3.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.3. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.4. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.





10.5.1. Não haverá exigência de recolhimento de taxa ou preço público para interposição de recurso administrativo no âmbito deste contrato.

## **11. DA GARANTIA**

11.1. Os medicamentos deverão contar com mínima de validade de 60% do prazo total do fabricante, ou prazo superior quando previsto pelo fabricante.

11.2. Não será exigida garantia contratual, considerando a natureza comum do objeto, o fornecimento parcelado, o pagamento condicionado ao recebimento e atesto e a existência de sanções administrativas suficientes para resguardar a Administração.

11.3. A Contratada comprometer-se-á a prestar total garantia quanto à qualidade dos medicamentos, bem como a efetuar a substituição, de qualquer item entregue comprovadamente em desacordo com o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a proposta ou os padrões de qualidade exigidos.

11.4. Reserva-se à CONTRATANTE o direito de verificar periodicamente a conformidade do objeto, inclusive por meio de vistoria, análise de documentos técnicos, manuais, certificados, laudos e demais meios necessários para comprovar o atendimento às especificações do edital e do Termo de Referência.

## **12. DAS ALTERAÇÕES**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133 de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133 de 2021.

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

13.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

13.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

13.5. A Administração reserva-se o direito de executar, por meio de outras contratadas, fornecimentos ou contratações distintas dos abrangidos pela presente contratação.



13.6. A Contratada deverá comunicar à Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.7. No ato da assinatura deste instrumento, deverão ser apresentados os documentos eventualmente exigidos no edital, em seus anexos e na convocação para contratação.

13.8. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, a proposta da contratada e a ata da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 007/2026.

13.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e extinção obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, aplicáveis ao fornecimento do objeto e especialmente aos casos omissos.

13.10. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **14. DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Viçosa/BA para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser. E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA**  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

#### **Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



## ANEXO X - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação por lote, será registrada a relação de fornecedores que aceitarem cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, bem como a relação de fornecedores que mantiverem sua proposta original, conforme Decreto nº 11.462/2023.

LOTE	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, CONTATO, REPRESENTANTE)	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

